



IMPOSTOS ■ SOBRETAXA DE 1A 1,5% NO IRS PODE SER RETROACTIVA A JANEIRO



Imposto extra nas fé

■ Governo antecipa aplicação da sobretaxa aos rendimentos para Junho de modo a taxar o subsí

● PEDRO H. GONÇALVES

O Governo decidiu aplicar a sobretaxa de 1 ou 1,5 por cento, consoante os rendimentos, ao subsídio de férias, o que lhe deverá render perto de 64 milhões de euros em sede de IRS. Ao contrário do que estava previsto, o Executivo vai aplicar o imposto extraordinário já em Junho e não em Julho. Mesmo assim, o efeito em sede de IRS deverá ser retroactivo a Janeiro, segundo o bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (TOC).

Sócrates recusou ontem que a sobretaxa tenha retroactividade a 1 de Janeiro, como tinha avançado o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, mas garantiu que o imposto extraordinário vai aplicar-se “a partir de 1 de Junho”. Com esta antecipação, o Governo arrecada mais 63,8 milhões de euros, graças ao subsídio de férias.

A decisão vai afectar 6,6 milhões

de portugueses, inclusive reformados, muitos dos quais já tinham pedido para receber o subsídio mais cedo, no sentido de evitar o imposto, que o Governo tinha previsto aplicar só em Julho.

“Aplicando-se esta medida nos rendimentos das pessoas, só faz sentido aplicá-la para a frente”, afirmou ontem o primeiro-ministro. Contudo, segundo o CM apurou junto de especialistas, todo o

Sobretaxa também atinge subsídio de Natal

rendimento de Janeiro a Dezembro acabará por ser afectado. Como explicou ao nosso jornal o bastonário da Ordem dos TOC, Domingues de Azevedo, “a retenção na fonte majorada” é realmente a partir de Junho, mas “a tributação é sempre sobre o montante global”. Caso contrário, sublinhou, haveria “duas taxas” para o mesmo ano fiscal. Tal como afirmou o secretário de Estado dos Assuntos

Fiscais, Sérgio Vasques, a taxa arranca em Junho, mas na entrega do IRS em 2011 relativo a este ano terá de haver um acerto de contas, explica o bastonário. Questionado pelo CM sobre a questão levantada por Domingues Azevedo, o Ministério das Finanças garante que “as novas taxas de IRS, tendo embora aplicação na liquidação de IRS respeitante a todo o ano de 2010, apenas incidirão sobre a parcela do rendimento angariada a partir de 1 de Junho.”

O subsídio de Natal também não escapa ao imposto extraordinário. ■

🔍 PORMENORES

● **VÍNCULOS**
O PSD vai apresentar novas modalidades contratuais que possam ser experimentadas no mercado laboral por um período razoável, dando como exemplo quatro anos.

● **SOBRETAXA**
O Governo aprovou uma sobretaxa de 1% para quem tenha rendimentos até 1284 euros. Acima disso, o imposto extraordinário em sede de IRS é de 1,5%.

● **MAIS-VALIAS**
O Executivo avançou com a tributação retroactiva de 20% nas mais-valias bolsistas. Para os especialistas em matéria fiscal, qualquer retroactividade é “inconstitucional”.



João Proença, da UGT

Verbas para o desemprego

● O primeiro-ministro esteve ontem na reunião da Concertação Social para apresentar aos patrões e sindicatos o novo pacote de austeridade. José Sócrates reiterou o fim dos apoios de combate à crise, já previsto no PEC, mas garantiu estar disponível para identificar

“vulnerabilidades” na área do emprego, sem especificar. Para João Proença, da UGT, “ficou claro neste momento que a margem para negociação se esgota no pacote financeiro” e que as verbas devem ser “reorientadas” para responder aos desempregados. ■



ID: 30237273

20-05-2010

PSD | LEITURA "IRREALISTA"

Pedro Passos Coelho participou ontem num encontro com Mira Amaral e João Salgueiro (ao centro), onde criticou a leitura "irrealista" que o primeiro-ministro faz da situação do País



CGD | CONFIANÇA DOS MERCADOS

As medidas de austeridade estipuladas pelo Governo "foram fundamentais" para reverter a falta de confiança dos mercados sobre a economia portuguesa, diz Faria de Oliveira, da CGD

LIDL | PREÇOS ESTÁVEIS

No âmbito da anunciada subida do IVA pelo Governo português, a cadeia alimentar LIDL fez ontem saber que vai manter os preços estáveis em toda a sua rede de lojas do País

ENTREVISTA À TVI

“Brincadeira de mau gosto”

Passos Coelho avisou Governo contra grandes obras públicas. E não descarta eleições por causa das conclusões da comissão de inquérito

CRISTINA RITA/LURDES MATEUS

– Como é que o PSD confia na boa-fé de uma pessoa [o primeiro-ministro] que, segundo o mesmo PSD, não tem os pés bem assentes na terra? [Depois do acordo].

Passos Coelho – Há um princípio de boa-fé que tem de ser observado. Mas há uma segunda garantia. Respeitará a uma entidade independen-

te [Parlamento] verificar, a cada três meses, e publicar isso com transparência, se o resultado está a ser conseguido ou não e, se chegarmos à conclusão que o corte na despesa não se efectiva...

– O que é que acontece?

– Nessa altura, significa que o Governo faltou à palavra e não cumpriu.

– Se se concluir que estas medidas não são suficientes, admite fazer novo acordo com o Governo?

– Não tendo a responsabilidade de Governo, o PSD está no limite do que pode ajudar o País a ultrapassar esta situação.

– O PSD está a disposto a descer ou a rever os vencimentos dos funcionários públicos [se as medidas não chegarem]?

– O PSD não fez um acordo de Governo, não vai para o Governo com o PS.

Essas medidas são medidas muito drásticas que só serão equacionadas, em qualquer país e em Portugal também, se tudo o mais falhar.

– Se o Governo avançar com as obras públicas, o que faz?

– Só uma brincadeira de mau gosto é que pode justificar, nesta

altura – em que o Governo comunica que é preciso fazer um esforço adicional para ir buscar dinheiro, porque o Estado não o tem –, que viesse lançar concursos ou qualquer outra coisa. Só pode ser uma brincadeira de mau gosto.

– [Na comissão de inquérito ao negócio PT-TVI] Se se provar a ingerência do primeiro-ministro ou se se provar que o primeiro-ministro mentiu, vai manter aquilo que disse na campanha do PSD e avançar

– Se não o tivéssemos feito [o acordo], hoje o País estaria a enfrentar o espectro da bancarrota

– O PSD não fez um acordo de Governo, o PSD não vai para o Governo com o PS

com uma moção de censura?

– A pior coisa que podia acontecer nesta altura a Portugal era uma crise política que abrisse um processo eleitoral. Se se provar que o Governo ingeriu na Comunicação Social, nos termos que acabou de referir, eu julgo que o Governo não teria condições para continuar.

REACÇÕES

“Temos hoje uma situação em que o primeiro-ministro é parte do problema e não da solução.”

AGUIAR-BRANCO PSD

“Faria sentido criar condições que originem riqueza em Portugal. Enquanto não perceberem isso estão do lado errado”

JOÃO SALGUEIRO Economista

“O Governo está a brincar com o fogo (...). Quando o povo tem fome, tem o direito a roubar”

BELMIRO DE AZEVEDO Presidente da Sonae

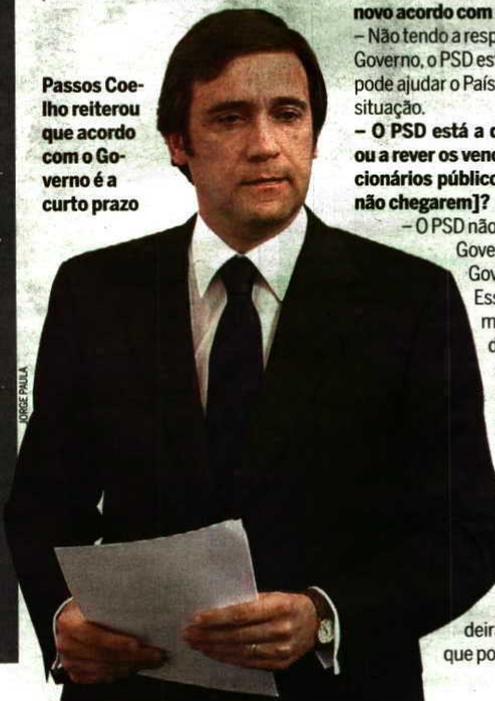
“Em 2010 não haverá crescimento do crédito e admito até que possa haver retracção”

CARLOS SANTOS FERREIRA Presidente do Millennium BCP

“Um por cento [de crescimento económico] não satisfaz ninguém. Nem é possível recuperar emprego”

RICARDO SALGADO Presidente do BES

Passos Coelho reiterou que acordo com o Governo é a curto prazo



■ Sócrates apresentou novas medidas de austeridade a patrões e sindicatos



rias

dio de férias

“DECISÕES EM CIMA DO JOELHO”

● Tiago Caiado Guerreiro, advogado na área fiscal, critica o facto de as decisões serem tomadas “em cima do joelho” e garante que, se o Governo aplicar a retroactividade a 1 de Janeiro na declaração de IRS de 2011, “é uma fraude à lei”.